

A ANÁLISE DO DISCURSO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

Ercília Ana CAZARIN

Universidade de Passo Fundo (UPF)

RESUMO

O texto foi apresentado na mesa Análise do discurso: filiações, fronteiras e objetos de estudo e trata do efeito fundador da Análise do Discurso (AD) proposta pelo filósofo Michel Pêcheux. É nesse sentido que buscamos contextualizar a teoria, levando em conta a conjuntura histórico-social da França no final da década de 60, do século XX. Enfatizamos tanto a conjuntura histórica como a conjuntura intelectual, em especial, no que tem a ver com os estudos linguísticos. A partir disso, tratamos do entrelaçamento do linguístico com o ideológico no discurso, procurando estabelecer a distinção entre a política como atividade partidária e o político concebido como jogo de forças presente na sociedade.

ABSTRACT

The text was presented at the board of Discourse Analysis: affiliations, boundaries and objects of study, and it discusses the founding effect of the Discourse Analysis (DA) proposed by the philosopher Michel Pêcheux. It is in this sense that we seek to contextualize the theory, taking into account the historical and social situation of France in the end of the 60 decade of XX century. We emphasize both the historical situation and the intellectual conjuncture, in particular that has to do with linguistic studies. Based on this, we deal with the intertwining of the linguistic with the ideological in the discourse, seeking to establish the distinction between the politics as a partisan activity and the politician conceived as a game of strengths present in the society.

1. O contexto sócio-histórico

Século XX, final dos anos 60, mais precisamente em 1969, na França, ainda conturbada pelos acontecimentos de 68, Michel Pêcheux (1969-1983) apresenta a AD como uma das disciplinas de interpretação. A publicação de *Análise Automática do Discurso* (AAD) e o lançamento da revista *Langages* organizada por Jean Dubois podem ser tomados como efeito fundador da AD.

À época, as ciências humanas, especificamente a linguística, conheciam o período áureo do estruturalismo e, no campo social, a Europa Ocidental vivenciava um período próspero, mas nela também aflorava o aumento de desigualdades e discriminações sociais. Diante disso, insurgiram-se movimentos de contestação e de rebeldia - a década de 60 (do séc. XX) ficou conhecida como a da contestação.

A França constituía-se como um dos centros desses acontecimentos. Maio de 1968, no dizer de Courtine (2006, p. 104), “marca a emergência repentina de novos valores: um desejo de liberdade individual, de expressão pessoal que refuta as hierarquias, as tutelas e as tradições”. É nessa época que começam a aparecer as primeiras fissuras na hegemonia do estruturalismo. “O movimento de maio de 68 e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então reinante” (LEANDRO FERREIRA, 2007, p. 14).

Na França de então, poderiam ser encontrados os mais brilhantes pensadores do século XX. Gregolin (2004) escreve que Paris mais parecia a capital intelectual da Europa. Dentre outros, estavam em pleno ativismo político figuras como Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Pêcheux, Lacan, Lévi-Strauss, Barthes, Derrida, Bourdieu, Todorov, Benveniste, Castoriadis. Esses intelectuais debatiam sobre todos os assuntos, principalmente os que gravitavam em torno do estruturalismo e do marxismo - “Duas grades de leitura sem as quais é impossível entender os caminhos percorridos pela análise do discurso francesa” (op. cit. p. 15).

O aparecimento da problemática do discurso no interior da linguística francesa é fruto desses debates. Courtine (2006, p. 9) destaca que, à época: “o discurso flutuava perdido no espaço. Maio de 68 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e na rua. Mas, também, no silêncio das escrivatinhas universitárias”. Ainda, segundo esse autor, 1968 marca a fase de transição do “tempo das grandes narrativas ideológicas àquele das expressões individuais” (op. cit. 104). Era o tempo das releituras de Marx, de Freud e “a leitura dos textos aparecia, no interior do debate marxista, como um jogo teórico e político decisivo” (op. cit. p. 10).

As condições sócio-históricas da época e os debates filosóficos permitiram que Pêcheux apresentasse a análise do discurso como uma disciplina de intervenção no meio social, político e histórico. Leandro Ferreira (op. cit.), ao escrever sobre isso, salienta que esse foi o traço que caracterizou a AD na França quando de sua fundação. “Ao considerar o discurso - enquanto objeto sócio-histórico - e privilegiar discursos do campo político, Pêcheux e seu grupo, na fase inicial de implantação da teoria, valeram-se da AD como bandeira, como verdadeiro ‘cavalo de Tróia’, como disse Paul Henry, no campo das ciências sociais positivistas da época”.

Orlandi (1990, p. 26) escreve que, “o discursivo, em Pêcheux, materializa o contato entre o ideológico e o linguístico”. Mas, na AD, não se parte da ideologia (como dissimulação, ou não, do real) para o sentido, e sim procura-se compreender os efeitos de sentido a partir do pressuposto de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia. Conforme essa autora (1990), “o processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a uma interpretação. Este é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso”.

Na medida em que dizemos que a ideologia pode ser apreendida pelo discurso, fica implícito o fato de que a mesma está presente nos mais diferentes gestos de interpretação. Segundo Mariani (1998(a), p.

87-95), a ideologia funciona como um mecanismo imaginário através do qual se coloca, para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, isto é, como se fosse natural enunciar daquele lugar.

Essa relação da ideologia com o sujeito imbrica-se com a questão da historicidade do texto, ou seja, com o modo pelo qual a história se inscreve no discurso – é a relação constitutiva entre linguagem e história. Não se parte da história para o texto, e sim do texto como materialidade histórica, na qual emerge o político do qual trataremos a seguir.

2. A política e o político em análise do discurso

Na antiguidade grega, Aristóteles (1985, p. 13-16) referia-se à *política* como sendo *a ciência da felicidade humana*. Ciência que ele subdividia da seguinte maneira: uma parte ele denominava de ética (que estudaria o que era a felicidade); a outra parte estudaria como obter a felicidade (esse seria o assunto da política). O objetivo da política, então, seria descobrir a maneira de viver que levasse à felicidade, à forma de governo e a instituições sociais capazes de garanti-la.

No capítulo I de *A Política*, está escrito que o homem é, por natureza, um ser social e que, também por natureza, faz parte da *cidade (polis)* – um homem que não fizesse parte da *cidade* era comparado a uma peça isolada do jogo. (...) o homem muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social (...). O homem é o único entre os animais que tem o dom da fala. Esta, segundo ele, tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo e, portanto, também o justo e o injusto e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade. Mais: a cidade tem precedência sobre a família e sobre cada um individualmente, pois o todo deve, necessariamente, ter precedência sobre as partes – a cidade tem precedência sobre o indivíduo que, isoladamente, não é auto-suficiente.

Deslocando o pensamento de Aristóteles para a contemporaneidade, estabelecemos, em um primeiro momento, sua interface com idéias de Hannah Arendt e de Jacques Rancière. No nosso ponto de vista, poder-se-ia entender que, se o essencial, para Aristóteles, é o homem ser o único detentor da palavra (do logos) e ter disposição para o social, para Arendt (1983), o essencial é o homem ser capaz da ação que se efetiva pelo discurso e, ao mesmo tempo, ambos (ação e discurso) serem constitutivos do espaço público (da esfera pública). Recorremos, então, a essa autora, com o objetivo de compreender como ela concebe a ação e o *discurso*; e também como se constrói a esfera pública e o que nela está em jogo.

Arendt (1983, p. 15-17), na obra *A Condição Humana*, distingue três atividades fundamentais: trabalho, obra e ação. O primeiro (o trabalho) é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano; a obra é a atividade correspondente ao artefato/fabricação da existência humana; a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria e corresponde à condição humana da pluralidade - ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. A ação cria a condição para a lembrança, para a história e é distintiva da condição humana – é a atividade política por excelência.

No cap. V da mesma obra, escreve que a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem duplo aspecto – o da igualdade e o da diferença. “Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreenderem-se entre si (...). Se não fossem diferentes (...), os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender” (op. cit. p.188). Para Arendt, o fato de os homens serem diferentes entre si é que os faz se manifestarem, no plano da atividade política, através do discurso e da ação; mas, a ação só significa quando acompanhada pelo discurso, pois nenhuma atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação.

A autora (op. cit.) explica que, embora a alteridade seja um aspecto importante da pluralidade, ser diferente não equivale a ser outro. No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares. Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. É através deles que os homens podem se distinguir, ao invés de permanecerem apenas diferentes. “A vida sem discurso e sem ação está literalmente morta para o mundo - deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens” (p.189).

O discurso, por sua vez, é constitutivo da ação - sem o discurso, a ação deixaria de ser ação. É através do discurso sobre as questões do mundo em comum que a ação assume caráter político específico, que se manifesta no espaço público (esfera pública). “Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, *revelam* ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim se apresentam ao mundo humano, através da cena pública que nunca é consensual, pois tem espaço para o dissenso” (op. cit., p.188-193).

Em *Crises da República*, ao abordar o tema da desobediência civil¹, Arendt (1973) reitera: a esfera pública é fundamental porque preserva a possibilidade do dissenso. Na perspectiva da autora, mesmo quando, por vontade da maioria, opte-se por um determinado percurso, o dissenso é respeitado. Isso possibilita entender que Arendt coloca em pauta a própria noção de poder. Para a autora (1983, p. 212), “a idéia de poder liga-se a um lugar vazio (um potencial de poder) que se manifesta sempre que os homens se associam, discutem e deliberam em conjunto – o poder não pertence a ninguém, é resultado da interação entre os homens”. Mais: “o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”.

¹ “Desobediência Civil” é um texto escrito em 1969 e publicado no Brasil no livro *Crises da República, Perspectiva*, 1973.

A noção de *dissenso* de Arendt nos conduz ao pensamento de Jacques Rancière (1996), em especial, quando ele trata da *política* a partir da noção de desentendimento. Rancière (op. cit., p.11-13) escreve que desentendimento pode ser tomado como um tipo determinado de situação de tomada da palavra: aquela em que um dos interlocutores, ao mesmo tempo, entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento, de acordo com esse autor, não é o desconhecimento, nem tampouco o mal-entendido produzido pela imprecisão das palavras; não diz respeito apenas às palavras, pois incide geralmente sobre a própria situação dos que falam. No nosso entendimento, “a situação dos que falam” aproxima Rancière da Análise do Discurso, no sentido de que, nesta, a posição-sujeito a partir da qual o sujeito enuncia é determinante de seu dizer.

Em AD, o dissenso e/ou desentendimento operam quando um mesmo enunciado pode produzir sentidos distintos ou, até mesmo, opostos, dependendo da formação discursiva (FD) em que está inscrito o sujeito enunciator, o sujeito-leitor ou ouvinte, pois o gesto de interpretação é marcado pela historicidade, constitutiva do dizer. Parafraseando Pêcheux (1999, p. 55), nos permitimos escrever que, em AD, a interpretação que interessa é aquela que “dirige seu olhar sobre os gestos de designação, ou seja, sobre a materialidade linguístico-discursiva, e não sobre os designatas e as significações”. É esse olhar sobre o linguístico, na sua relação com a discursividade, que possibilita compreender o gesto de interpretação do sujeito, bem como a produção de um determinado efeito de sentido. Quando se escreve que não há sentido sem interpretação e que esta é concebida como gesto, se está querendo enfatizar que, em AD, a interpretação é social e historicamente determinada. É isso que permite escrever que ela sempre pode ser outra, pois a interincompreensão é própria do gesto interpretativo.

Retomando o escrito por Rancière (op.cit.), podemos dizer que as estruturas de um desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão, e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. É a diferença e

a divergência que aí afloram. Em nossas pesquisas (Cazarin, 2005), concebemos a diferença como diversidade, variedade de pontos de vista que não são iguais, mas convivem em uma mesma posição-sujeito; por sua vez, a divergência é concebida como posições de sujeito que progressivamente se afastam e que, embora convivam no interior de um mesmo domínio de saber, marcam essa convivência pela permanente tensão a ponto de, muitas vezes, causar dificuldade ao analista quando da delimitação metodológica de fronteiras entre diferentes formações discursivas.

Assim, se deslocarmos, para o âmbito da teoria da AD, o ponto de vista de Arendt – “os homens são iguais, mas diferentes”. Com o acréscimo do de Rancière – “a desigualdade só é possível pela igualdade” (op. cit., p.31), podemos relacioná-los com as noções de FD e de posição-sujeito - a divergência aflora no interior da FD e ocorre entre diferentes posições de sujeito; já a diferença é própria da posição-sujeito que, embora produza o efeito de homogeneidade, possibilita a compreensão de que esse igual é sempre desigual. Daí a heterogeneidade tanto da FD quanto da posição-sujeito.

Da mesma forma que entendemos o pensamento de Rancière muito próximo ao de Arendt e relacionado com a Teoria do Discurso, o entendemos também ligado ao pensamento de Aristóteles. Em especial quando Rancière afirma que a posse da palavra é que faz do homem um ser político e acrescenta: “o que os ‘clássicos’ nos ensinam é que a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade; a política é da alçada de uma contagem das ‘partes’ da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem” (op. cit., p.22).

Essa falsa contagem seria a exclusão daqueles que não são contados como partes – os excluídos, por ele, designados como os sem-parcela; e, a política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Fora da instituição não há política – “é ela que define o todo da política enquanto forma

específica de vínculo; define o comum (o que é igual) da comunidade como comunidade política, quer dizer dividida - a política é a esfera da atividade de um comum que só pode ser litigioso“ (op. cit., p. 26-29).

Esse autor (op. cit.) destaca que a instituição da política é idêntica à da luta de classes. Essa não é o motor secreto da política ou a verdade escondida por trás de suas aparências - é a própria política, a política tal como a encontram, sempre já estabelecida, os que querem fundar a comunidade com base em sua *arkhé* (origem/princípio). Em AD, ao invés de operarmos com a noção de luta de classes, entendemos mais produtivo, no processo de interpretação, trabalhar a partir da noção de ideologia como constitutiva do discurso, por consequência, da ação e da política. A ação refletiria, pelo viés do discurso, o litígio entre as partes (op. cit., p.39).

No entendimento do autor, a política é concebida como uma atividade que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que, por definição, não cabe ali: a de uma parcela dos sem-parcela. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; “ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (op. cit. p. 42) ², diríamos, nós analistas de discurso, o que só era ouvido como ruído. Para Rancière, algo é político quando constitui uma *cena* em que se arma o litígio do jogo de legitimações através da invenção de uma questão que ninguém se colocava. “O paradoxal da política é ela constituir-se em uma atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento. Mas, expulsar o desentendimento da política significa não entender a essência daquilo de que ela fala – o desentendimento é a racionalidade própria da política” (op. cit., p.14).

² Registro que Indursky (2002) traduziu “bruit” como “ruído”, o que, para a área da AD, me parece mais adequado.

Na interpretação que fazemos tanto Arendt quanto Rancière, quando tratam da política, têm dela uma dimensão muito mais ampla do que a política como uma área especializada do saber. A política apresenta-se como constitutiva da esfera pública e da cena comum e mesmo que nenhum deles use a expressão o político, é possível compreender que este está aí constituído.

No sentido de melhor explicitar esse espaço da política e do político, recorreremos também aos estudos de Corten (1999, p. 37-52), sob nosso ponto de vista, muito próximos do pensamento dos autores recém citados. Corten distingue as noções de política, político e cena de representação do político. Assinala que a política é a área funcional especializada, na qual, através das instituições políticas, se realizam as atividades políticas. Já o político, apesar de seu sentido didático-teórico, permanece frequentemente indefinido, mas, afirma ele, é uma representação que a Análise de Discurso tem condições de definir: o político é representado pela cena das forças políticas construída pelo discurso, isto é, na e pela cena discursiva de interlocução.

O político, entendido como representação das forças políticas (CORTEN, op.cit.), tem como pressuposto o discurso, “lugar” da representação e, em AD, o discurso constitui a própria cena discursiva. Para nós, analistas de discurso, o que interessa é justamente o político. Na esteira do pensamento de Corten, entendemos que a representação do político só é compreensível através da cena (construída pelo discurso) na qual os elementos que perpassam a sociedade são vistos como forças políticas. Assim, o político é a realidade dessas forças tais como elas se destacam de maneira mais ou menos precisa à vista de todos. Essa realidade, à qual se refere Corten, tem a ver com a atividade humana da ação, pensada por Arendt e, também, com a averiguação da igualdade na instituição do litígio, da qual trata Rancière.

Entre nós, analistas, falar em discurso significa reportar-se a um dos aspectos materiais da ideologia, pois é nele que língua e ideologia se encontram. Gadet (1990, p.7-9), referindo-se a essa questão, ressalta que a AD foi concebida como um dispositivo que coloca em relação o campo da língua e o campo da sociedade, apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica) e apoiada sobre o político. Referindo-se a essa questão, Courtine ressalta que, para Pêcheux, a maneira de tratar os textos é indissociavelmente ligada à maneira de fazer política, pois não se pode pretender falar de discurso sem, simultaneamente, tomar posição frente às relações de força nele presente.

No Brasil, Mariani (1998 (b)), na esteira do trabalho de Pêcheux, ao tratar da ligação da AD com o político, escreve que essa teoria inclui o político em suas discussões porque, pelo funcionamento do discurso, investiga as várias formas de exercício das relações de força presentes em uma sociedade, não separando a importância política do trabalho intelectual. Nas palavras da autora:

Os trabalhos em AD nunca se escondem atrás de uma pretensa neutralidade científica: eles são um índice de mudança no campo das ciências sociais e humanas e, em seu conjunto, sobretudo no que se refere aos trabalhos realizados no Brasil: eles representam uma resistência a um modo de produção do conhecimento e a uma concepção da história. Fazer AD, em resumo, representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já constituídos e dados como óbvios (op. cit. p. 26).

Na tentativa de estreitar os laços existentes entre os autores citados, entendemos ser possível deslocar a “cidade” de Aristóteles, a “esfera pública” de Arendt, a “cena em comum” de Rancière e a “cena de representação do político” de Corten, para a “cena discursiva de interlocução” em AD. A partir do que escreve Maingueneau (1989, p. 30), concebemos a cena discursiva como prática social, como “um espaço

em que um sujeito, ao enunciar, realiza uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores”. É importante notar que uma cena discursiva não é concebida como algo preexistente, pois a própria idéia de cena/encenação pressupõe algo que se representa no e pelo discurso, entendido na sua incompletude.

Em AD, o que interessa mobilizar, escreve Indursky (2002, p.111-131), é levar em conta que a cena discursiva é lugar de tensão. É espaço de diferenças, de divergências e/ou de confrontos. E “o político se constrói através dos discursos em circulação no discurso social – é resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes formações discursivas”.

Diante do exposto, nos permitimos pensar que, se para a AD, o real da língua é o espaço para o possível e o impossível no sistema, e o real da história é o espaço para a contradição, e se a racionalidade própria da política é o desentendimento (no entender de Rancière) ou o dissenso (no, de Arendt), poder-se-ia entender que a materialidade linguístico-discursiva, afetada pela historicidade e pelo inconsciente, é que possibilita a compreensão da cena discursiva de interlocução, sempre levando em conta que “os caminhos do político não se afastam da política, mas não se confundem com ela” (Indursky, In CAZARIN, 2005).

Para encerrar, cito, mais uma vez, Pêcheux (1998, p. 53-55) para lembrar que, como analistas de discurso, embora “despojados, somos, ao mesmo tempo, responsáveis pela leitura que fazemos - o desafio, nos ensina ele, “é trabalhar as problemáticas e procedimentos internos à própria teoria, procurando construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no ‘qualquer coisa’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal”.

Referências

ARENDT, Hannah. **Desobediência Civil**. In: **Crises da República**. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1983.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2005.

CORTEN, André. **Discurso e representação do político**. In: **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Freda Indursky e Maria C. Leandro Ferreira (Orgs.). Tradução de Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, Jean Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político: as derivas da fala pública**. Tradução: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

GADET, Françoise. In Prefácio de **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Bethania S. Mariani...[et.al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

INDURSKY, Freda. **O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira**. In: Revista da ANPOLL, São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, n. 12, 2002.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Análise do Discurso no Brasil**: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral. (Org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.

MARIANI, Bethania. **Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito**. In: **Gragoatá**, n. 5, Rio de Janeiro, EdUFF, 1998 (a).

_____. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998 (b).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista! discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso**. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloísa Monteiro Rosário. In: **Cadernos de Tradução** – Instituto de Letras – UFRGS, nº 01, novembro / 1998.

_____. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. In **Papel da Memória**. ACHARD, Pierre...[et al]. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo, SP: Ed. 34, 1996.